

O NEGRO COMO OBJETO DE CIÊNCIA

EDISON CARNEIRO, AUTOR DE *CANDOMBLES DA BAHIA*

Éste ano, o octogésimo da Abolição, marca também o octogésimo aniversário da severa advertência (ou admoestação) de Sílvio Romero aos homens de pensamento e de saber do nosso país — de que o negro era não apenas a besta de carga, mas um objeto de ciência.

É dela que partem os estudos científicos do negro no Brasil.

Permito-me recordar a página dos *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, 1888, em que Sílvio Romero profliga, como uma “vergonha” e uma “desgraça”, a ausência de trabalhos sobre as línguas e as religiões trazidas pelos africanos:

“É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas.

“Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós, que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça.

“Bem como os portugueses estanciaram dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levianamente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência.

“Apresem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçanjes... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passado com a benéfica extinção do tráfico. Apresem-se, porém, se não terão de perdê-lo de todo”.

O *carão* de Sílvio Romero teve o condão de atrair para os estudos científicos do negro aquêle que seria o mestre de todos nós — o grande Nina Rodrigues. Lembremos que esta página ardente e angustiada serve de frontispício a *Os Africanos no Brasil* e que, mais do que isso, Nina Rodrigues seguiu, em grande parte, o roteiro estabelecido na advertên-

N. R. — A conferência aqui reproduzida foi pronunciada por Edison Carneiro no dia 13 de maio de 1968, parte do programa com que o Centro de Estudos Afro-Orientais comemorou o 80.º aniversário da Abolição da Escravatura.

cia (ou admoestação) de 1888 — as línguas, as religiões, os velhos negros da Costa...

Esta não foi a primeira nem a única advertência aos homens de cultura do Brasil, mas foi, certamente, a mais fecunda. Ao escrever a sua monografia sobre *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia*, 1916, Manuel Querino, a quem não se pode classificar como um homem de ciência, lembrou palavras semelhantes, mas não de admoestação, de Frei Camilo de Monserrate (transcritas na *História do Brasil* de Rocha Pombo, com que o beneditino estranhava "o pouco aprêço e a nenhuma importância em que eram tidos os estudos referentes aos usos e costumes dos africanos" entre nós, mais de meio século antes. Manuel Querino não parece ter tomado conhecimento desta opinião de **Silvio Romero**, mas, tendo continuado, um tanto independentemente, os estudos de Nina Rodrigues, foi também, ainda que de modo indireto, atingido por ela. Podemos dizer o mesmo com relação a Artur Ramos, ao menos nos seus primeiros ensaios, a partir de 1926. E, quanto a nós, veteranos e novatos, que datamos de 1932, com a edição do que restou de *Os Africanos no Brasil*, o nosso interesse pelos estudos do negro, poderemos esquecer a nossa dívida para com **Silvio Romero**?

É verdade que, a uma análise mais demorada, a sua advertência (ou admoestação) se revela parcial, por considerar apenas os negros austrais, do grupo Angola-Congo, e incompleta, por visar apenas às línguas e às religiões, sem levar em conta a totalidade do ser humano na sua luta por fazer-se um lugar ao sol. Como tantas vezes aconteceu na sua vida, o grande agitador de idéias *sentiu*, mais do que compreendeu, o problema. Eu diria, contudo, que esta concepção fragmentária estava, e até certo ponto está, de acórdão com a evolução do nosso conhecimento positivo do negro, tanto o natural da África como o nascido no Brasil, e dos seus estilos particulares de vida.

Até que ponto estava certo **Silvio Romero**?

Tentaremos esboçar, à base de algumas palavras-chave, as diversas fases dessa evolução — a intensidade, maior ou menor, com que o negro se refletiu, no curso de determinados períodos, nas preocupações intelectuais dos brasileiros.

Podemos fazer terminar, com a Independência, uma primeira fase, de quase três séculos de extensão, que se caracteriza pelo uso indiferente das palavras *prêto* ou *negro* de referência ao escravo.

Em nenhum outro período, como sabemos, houve tantos africanos, representando tantas tribos, no Brasil. O negro era, de acórdão com estimativas de começos do século XIX, a maioria da população — dois terços dos habitantes do País. Grande era o número de brasileiros e estrangeiros que, por êste ou por aquêle motivo, estavam em contato com êsses africanos — traficantes, marinheiros, funcionários aduaneiros, policiais e capitães-do-mato, militares, fazendeiros, estudantes, profissionais libe-

rais, comerciantes, burgueses das cidades, autoridades coloniais e a plebe em geral. Que testemunhos ficaram desse período?

Viviam, labutavam e sofriam aqui não apenas moçambiques, benguelas (banguelas), monjolos, congos, cabindas e caçanjes, segundo a enumeração de Sílvio Romero. Vindos de três áreas distintas da África, com línguas, religiões e costumes distintos, e conhecidos aqui, ora por nomes tribais, ora por designações regionais ou do porto africano de embarque (Moçambique, Cabinda, Calabar, Gabão...), compunham também a massa escrava contingentes de mandingas, hauçás, fulas e tapas, negros maometanos, nagôs, minas, jêjes, fantis, axantis, grunces (galinhas), susus, gabões, negros da Costa da Mina, de língua sudanesa, muxicongos, rebolos, macuas, da Costa e da Contra-Costa africanas ao sul do Equador, de língua banto... e, afora estes quem sabe quantos outros que não deixaram traço!

De tôdas essas culturas africanas pouca coisa impressionou os habitantes do Brasil, no período considerado — como Sílvio Romero disse dos portugueses na Índia. Talvez o Conde dos Arcos tenha dado voz à opinião geral, ao demonstrar o seu júbilo ante a desigualdade cultural dos escravos que, em vez de ameaça, constituía uma garantia para o domínio português. As nossas fontes de informação para esses três séculos da vida do nosso país são as crônicas de residentes e viajantes estrangeiros. Da Costa da Mina, por exemplo, com quem mantivemos intenso comércio durante todo o século XVIII e começos do XIX, temos apenas duas descrições, uma factual, de José Antônio Caldas (*Nôtteia geral de tôda esta Capitania da Bahia*, 1759), outra eivada de preconceitos, do Padre Ferreira Pires (*Viagem de Africa em o reino de Daomé*, 1800), ambas inéditas até há poucos anos. O negro — mais exatamente, o braço de trabalho nas lavouras da cana-de-açúcar e do tabaco e na mineração do ouro e dos diamantes — está presente, por exemplo, nas obras de Antonil, 1711, e Vilhena, 1702, ou constitui um simples pormenor no *Peregrino da América* e nos *Diálogos das grandezas do Brasil* e um motivo de sátira na poesia de Gregório de Matos. Nenhum letrado português demonstrou pelo negro da África o interêsse com que outros dos seus patrícios estudaram os *negros da terra*, os selvagens americanos (por exemplo, Gabriel Soares, 1584). Nas suas obras não há a nota da simpatia, nem da compreensão. Era mesmo de bom tom, entre os cronistas portugueses, como ainda o é nas colônias portuguesas do ultramar, demonstrar uma certa superioridade em relação à vida e aos costumes do negro. É aos cronistas e viajantes estrangeiros, em especial John Luccock e Henry Koster, e sobretudo von Eschwege e Debret (ainda que as suas obras tenham sido publicadas posteriormente ao período em referência), que devemos as notícias mais substanciais acerca do negro e dos costumes de que era parte ou motivo.

Há, certamente, os documentos oficiais, mas nesses papéis, mais do que nos escritos dos cronistas e viajantes portugueses, a nota predominante é o sentimento de classe. O negro era o escravo, ocupava o último

escalão da sociedade, e a hipocrisia oficial só o distinguia pela nação, pelas suas habilidades pessoais ou pela sua condição social quando, com os seus parceiros, se agitava nas cidades, escapava à tirania dos senhores ou corria a formar quilombos nas matas próximas. E ainda neste último caso explorava-se, mais do que se documentava, o negro, pois a sua rebeldia era habilmente utilizada para construir a reputação militar dos cabos-de-guerra que se dispunham a combatê-los nos seus redutos, a ponto de não haver lugar, em muitos relatos de campanhas, para os nomes dos chefes de quilombo e dos seus auxiliares, para a sua disposição em mocambos ou arraiais, para o estilo de vida criado pelos negros em liberdade.

Nesses três séculos obscuros o negro fizera, penosamente, o seu caminho dentro da sociedade brasileira. O negro, nos portos africanos, era um trapo humano, desmoralizado pela derrota, pela captura, pela detenção, pelas sombrias perspectivas da vida além-mar. Os tumbeiros, superlotados, imundos, promiscuos, e a alimentação deficiente e insuficiente, e muitas vezes deteriorada, levavam ao auge a sua desmoralização. Era terrível a mortalidade a bordo — em geral um terço da carga, se a variola e outras epidemias não aumentassem a proporção. À sua chegada aos portos brasileiros, Bahia, Recife, Rio de Janeiro, doente, faminto, nu, quebrados os laços familiares e tribais, aguardava-o o armazém de escravos, a exposição pública, a inspeção minuciosa pelos possíveis compradores. Vendido, afinal, era levado, por negros ladinos, para a casa do senhor na cidade ou para a sua fazenda no interior. Um dia qualquer aparecia um padre para batizá-lo. Os seus parceiros lhe ensinavam a falar a língua do branco, a trabalhar na lavoura, a obedecer ao feitor — e, quando seguro e oportuno, a esquivar-se das suas obrigações. Comia a *bóia*, a *tambina*, que o senhor lhe dava, cobria-se com as calças ou a tanga que dele recebia e cumpria o horário de trabalho por ele estabelecido, no ritmo que lhe convinha. Devia submeter-se até mesmo à segregação dos sexos, os homens numa senzala, as mulheres em outra. Por qualquer infração da disciplina, sofria os mais abomináveis e humilhantes castigos — tronco, peia, libambo, gonilha, cepo, anjinhos, açoites, se a crueldade e o sadismo do senhor não exigiam a mutilação dos seios e a quebra dos dentes ou o seu emparedamento vivo, morria, morria às dezenas, de estafa, de epidemias, de pancada — e nem sempre o esperava a sepultura, pasto que era dos urubus no campo, ou, antes de baixar à terra, o abandonavam nas praias e nos adros das igrejas.

Estas condições adversas destribilizaram o negro, forçaram-no a romper as suas ligações com o passado africano e a buscar novos estilos de vida. Era o negro *nóvo* ao chegar, passava a *ladino* quando se acostumava com a nova situação, mas continuava negro *de nação*, enquanto os seus descendentes, nascidos no Brasil, eram *crioulos*. Na sua grande maioria era o negro de campo, o braço do eito, mas, se lhe ensinavam ou aprendia alguma técnica útil, passava a negro de ofício, ou *de partes* — barbeiro, ferreiro, seleiro, alfaiate, mestre-de-açúcar, sapateiro, marceneiro — ou, quando o senhor transferia a sua residência para a cidade, o negro

doméstico, pajem, môço-de-recados, guarda-costas, carregador de cadeira de arruar quando homem, doceira, costureira, mucama, quando mulher. Era escravo, por vêzes objeto de condomínio, uma *banda* de um senhor, outra de outro, fôrro, por concessão do senhor, ou liberto, por esforço e economia próprios. Livre ou escravo, era pescador, soldado (as milícias dos Henriques), estafêta, vaqueiro, carregador, bandeirante, minerador, faisgador de diamantes, mercador, bodegueiro, homem de mil habilidades e, ocasionalmente, senhor de escravos... Trabalhava na cana-de-açúcar e no tabaco em tôda a faixa litorânea, começava a trabalhar no algodão e dava início à exploração do café na Gávea, na Tijuca, na Lagoa, em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Engrenagem do sistema de produção agrícola para o Exterior, gozava de relativa liberdade de movimentos quando os preços dessas mercadorias baixavam no mercado internacional e aproveitou a nova situação para adestrar-se na capoeira, para cultivar os seus deuses ou descobrir identidades entre eles e os do senhor, para restaurar a cozinha africana, para dançar ao som dos ruidosos batuques de que nasceram o lundu, o baiano e, finalmente, o samba. Era o negro de aluguel, nas minas, na casa dos estrangeiros e dos burgueses das cidades. Era o negro de ganho, carregador, biscateiro (*ganhador*). Era a gente que se via nas ruas das cidades, pois, como se lê nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, criara-se aqui "uma nova Guiné com a grande multidão de escravos vindos dela que nêle [o Brasil] se acham..."

As autoridades alfandegárias, a saúde do pôrto, as milícias urbanas, a Igreja (que obteve algum êxito aliciando-o para as Irmandades do Rosário) e, remotamente, o govêrno civil — todos estiveram em contato com o negro, com a multiplicidade das suas línguas, das suas religiões, dos seus costumes. Os documentos que deixaram — ou, se quisermos ser justos, os documentos que sobraram desse período — a) não levam em conta a variedade das culturas do negro, b) não dão, a não ser em termos vagos e imprecisos, a quadro da sua vida, c) têm caráter puramente local e muitas vêzes não se elevam do plano de simples providências de ordem pública.

Era a grande oportunidade, certamente, *mas não* soubemos aproveitá-la.

Com os acontecimentos políticos que precederam e sucederam a Independência, sobretudo êstes, que se estenderam até 1849, o conhecimento do negro, por parte dos brasileiros, se obscureceu mais ainda, com a sua indiferenciação como *escravo*.

Este resultado — tão de acôrdo com a bacharelise nacional — era, talvez, inevitável, dada a pressão inglesa, tanto diplomática quanto naval, sobre a jovem nação americana. A Inglaterra já havia conseguido a extinção do tráfico ao norte do Equador (1817) e, tendo negociado o reconhecimento da Independência, arrancara do Brasil o compromisso de ex-

tingui-lo totalmente três anos após a ratificação do tratado de 1826, reservando-se o direito de, durante quinze anos, a contar da data da lei brasileira correspondente, o reprimir em alto mar. Esta lei foi a de 1831, sancionada pela Regência, que, como representação direta dos senhores de escravos, não tinha o menor interesse em fazê-la executar e cumprir.

Era claro que a escravidão estava condenada. Extinto o tráfico, extinguir-se-ia a escravidão — como o demonstrou, com argumentos econômicos e políticos, Hipólito José da Costa, no seu *Correio Brasiliense*. A opinião brasileira cindiu-se naturalmente em dois campos distintos, o dos abolicionistas e o dos escravagistas, estes numa defensiva sagaz e manhosa com que retardaram indefinidamente as soluções parciais e a decisão final. Os traficantes redobram de esforços, de modo a aumentar consideravelmente o número de negros trazidos da África até a cifra-recorde de 54.000 em 1849.

Abria-se a fase do café. Plantado inicialmente no Município Neutro, o café, na primeira metade do século, estendeu-se pela região fluminense em torno de Vassouras, de onde, deixando para trás a desolação e a decadência, rumou para São Paulo, vale do Paraíba acima. Mais tarde, durante a Guerra Civil americana, houve um minuto de esplendor do algodão. Como acontecera quando da descoberta das minas, que, além de intensificar o tráfico, enxugara de braços ociosos as lavouras da cana-de-açúcar e do tabaco, a rubiácea levou os traficantes a burlar a lei de 1831 e a correr todos os riscos para trazer uma carga cada vez maior de negros de Angola, ao mesmo tempo que transformava a cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte, no grande centro nacional de tráfico interno.

Era grande, pois, o número de africanos, *novos* e *ladinos*, a que se acrescentavam os africanos *livres*, uns poucos que as autoridades identificavam como tendo desembarcado no país depois da lei de 1831. Era grande, também, o número de negros *crioulos*. Uns e outros eram vitimados de fome, de castigos, de cansaço, nas lavouras fluminenses de café — 50 a 60 por mês, segundo Monsenhor Pizarro. O trabalho, e mais ainda o eito, os ocupava 14 horas por dia, se não havia serão. Numa ou noutra fazenda aprendiam ofícios, numa ou noutra fazenda o senhor lhes atribuía um pequeno pedaço de terra para a sua roça particular, dispensando-os do trabalho em determinados dias da semana. Crescia a famulagem — comadres, amas de leite, costureiras, doceiras, pajens, carregadores de cadeiras, domésticos e mucamas. Nas cidades o escravo era o o negro de aluguel ou o negro de ganho, mas era também, cada vez mais, o negro liberto e o negro livre. Livre, e com alguns recursos, às vezes regressava à África — para escravizar os patrícios, como Alfaiate e o Xaxá. Tinha as suas Irmandades e as suas juntas de alforria, os seus conjuntos musicais (os *ternos* de barbeiros) e as suas capatazias de trabalho. Honrava São Benedito, as mulheres dançando as *taieras*, os homens peregrinando com a folia, ou movimentava as igrejas do Rosário com a entronização do rei do Congo. Buscou refúgio nas matas fluminenses, baianas, maranhenses, pernambucanas, justicou com as próprias mãos alguns dos seus algozes no Rio de Janeiro ou tomou armas em guerra santa contra

os cristãos na Bahia. Pôs a funcionar, na Bahia, o seu primeiro culto organizado (candomblé), que a partir de então daria o modelo para os demais, em todo o País. Combateu pela Independência na Bahia (o Batalhão dos Libertos), combateu pelo Império, compulsoriamente ou não, como "voluntário" da pátria, no Paraguai. Transportava a riqueza, fazia a locomoção nas cidades, exercia ofícios e profissões, prestava serviços, vaquejava e pescava. Ascendia socialmente, mantendo pequenas lojas e restaurantes e tendas de ferreiro, de alfaiate, de ourives, e obtinha ajuda para as pretensões dos filhos nos campos do magistério, da advocacia e da medicina. Tomava a liberdade nos dentes, nas maltas de capoeira. Formava os *caifazes* de Luís Gama e a tropa de choque das Sociedades Abolicionistas. Quem se interessava por tudo isto?

Aos abolicionistas importava apenas o *status* do escravo.

A transformação do negro em *escravo* exprime-se, pela primeira vez, no projeto de abolição gradativa da escravidão apresentado por José Bonifácio à Assembléia Constituinte de 1823. O velho estadista propunha, então, que se concedesse "uma pequena sesmaria de terra" aos escravos forros, ainda que somente àqueles que "não tiverem ofício, nem modo certo de vida". Esta posição realista, que dava uma base física à nova liberdade, foi retomada somente por Tavares Bastos, que, em projeto de 1866, propondo a libertação de todos os escravos de propriedade da Nação, mandava que "nas terras das fazendas nacionais marcar-se-ão prazos para aí se estabelecer, como proprietário, cada escravo ou família de escravos das mesmas fazendas, sendo distribuídos por eles os bens móveis e gado que houver".

Este não foi o caminho seguido pelos abolicionistas. O *escravo* reduziu a perspectiva dos brasileiros aos aspectos ornamentais — jurídicos, éticos e humanitários — da questão, como o exemplificam as grandes obras produzidas no período, *A Escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiro, 1866-67, e *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, 1883. Tão empenhados estavam os abolicionistas nessas elucubrações retóricas e vazias que, não obstante tivessem obtido pequenos triunfos no Amazonas e no Ceará, dado a fundamentação teórica para a Lei do Ventre Livre, descoberto o estratagema da filiação desconhecida, imaginado as artimanhas de desvalorização do negro para forçar a baixa do preço da alforria e ajudado centenas de negros a conquistar a liberdade ou a escapar à escravidão, concordaram com a suspensão da sua campanha durante a guerra do Paraguai, aceitaram a Abolição sem qualquer garantia para o escravo e, tomados da *vergonha* que lhes parecia a escravidão, solicitaram e permitiram a queima dos papéis da Alfândega que com ela se relacionavam (1890). O negro se esfumou no *escravo*.

É nas páginas de viajantes e cronistas estrangeiros — Suzannet, Tolnare, Ina von Binzer, Ribeyrolles, Avé-Lallemant, Zaluar... — que encontramos as notícias do negro que os seus patrícios não se deram ao trabalho de registrar.

Passando a escravo, porém, ganhara o negro dimensão *nacional* como objeto de interesse dos letrados. Estavam criadas, assim, as condições para a sua transformação em objeto de ciência. Faltava apenas o empurrão inicial — a advertência (ou admoestação) de Sílvio Romero.

A preocupação dominante, a partir de então, foi o *africano* — não o negro *crioulo*, mas o negro *de nação*, “os nossos negros da Costa”. Passara “o melhor ensejo” e os especialistas “apressavam-se” em colher dos “últimos” africanos, em primeira mão, elementos das suas línguas e religiões e dos seus costumes em geral.

Coube a Nina Rodrigues, maranhense radicado na Bahia, inaugurar, auspiciosamente, a nova fase. Já em 1896 publicava a *Revista Brasileira* as suas pesquisas pioneiras sobre as religiões afro-baianas, que mais tarde (1900) traduziu em francês e publicou na Bahia, e no primeiro ano do século o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, divulgava o seu estudo sobre as insurreições malês. (Para Sílvio Romero, que os inspirara, esses trabalhos eram “uns pequenos escritos” a que não deu maior importância). Com a morte de Nina Rodrigues, as lembranças e as observações de Manuel Querino mantiveram vivo o interesse, revigorado, mais tarde, pelos primeiros ensaios de Artur Ramos, alagoano, então radicado na Bahia. Esta fase positiva do conhecimento do negro teve a encerrá-la a publicação, em 1932, de *Os Africanos no Brasil*, o grande livro póstumo de Nina Rodrigues.

Temos, na verdade, o que restou desse grande e fecundo livro, que não parece lógico que Nina Rodrigues deixasse inacabado, mas sob impressão, na Bahia, antes de partir para a Europa, a fim de submeter-se à operação que lhe custaria a vida.

Pois que tenha sido a grande figura estelar da fase *africana*, Nina Rodrigues não se deteve nela. Este livro dedicava-se apenas a um dos ‘preliminares’ do problema do negro, “a história dos negros colonizadores”. Voltava-se para o passado a fim de capacitar-se para estudar e entender o presente e o futuro. E, com esta reorientação dos estudos do negro, projetou a benéfica influência da sua seriedade e proficiência sobre todos nós, da fase atual.

Tão importante foi a contribuição dos estudos do negro nesses primeiros anos da República, tanto em si mesmos como nos seus reflexos nos meios letrados e eruditos, que Artur Ramos a sintetizou como uma *escola baiana* de pensamento — a escola de Nina Rodrigues.

No momento da publicação de *Os Africanos no Brasil*, o País, mal saído do marasmo da República Velha, buscava-se a si mesmo — e as novas ciências sociais empolgavam os brasileiros. A fase atual, a do *negro*, teve por padrinho o psicanalista Artur Ramos, logo atraído para a Antropologia, com *O Negro Brasileiro*, 1934.

Falar dessa fase seria falar de todos nós. Lembrarei apenas que, como eco de *Os africanos no Brasil*, os estudos do negro se ampliaram e diversificaram, com a ajuda de antropólogos, sociólogos, psicólogos, economistas, historiadores, teólogos, memorialistas, nutrólogos, folcloristas, lingüistas e outros eruditos; mobilizaram especialistas em vários campos do saber em três Congressos nacionais; ganharam a colaboração de letrados estrangeiros e o interesse da UNESCO; restabeleceram, em bases sólidas e perduráveis, as nossas ligações com a África; e, finalmente, propiciaram a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais, 1959, na Universidade da Bahia, assegurando continuidade científica a pesquisas e estudos.

Superamos, assim, a advertência (ou admoestação) de Sílvio Romero — e a ultrapassamos, em escopo e em substância.

THE NEGRO AS AN OBJECT OF SCIENCE

Author of some classical works about the African survivals in Brazil, Edison Carneiro delivered this lecture as the CEAO commemorated the 80th anniversary of the Abolition of Slavery in Brazil. The lecturer registered the lack of systemized and rich notes about the Negro in the annals of the colonial period. The periods that came straight before and after Independence were likewise infecund under that viewpoint, owing to the polemics dealing with slavery, thus compelling the Negro to identify himself with his condition of slave.

It was Nina Rodrigues who inaugurated the new phase — that which the lecturer entitled Africanist — and in which experts hastened to collect from the surviving Africans elements of their social customs and habits. The present phase of the scientific research in this field belongs, according to Edison Carneiro, to the Negro from which Artur Ramos was inspired. Among the milestones of this period the lecturer mentions the foundation of the CEAO within the field of action of the Universidade Federal da Bahia, which assured the scientific continuity of researches and studies about the Negro in Brazil.

LE NÈGRE, COMME OBJET DE LA SCIENCE

Auteur de quelques oeuvres classiques sur des survivances africaines au Brésil, Edison Carneiro proféra cette conférence lors de la commémoration, de la part du CEAO, du 80^e anniversaire de l'Abolition de la Traite au Brésil. Le conférencier mentionna l'omission d'annotations systematisés et abondantes sur le nègre, dans les chroniques du période colonial. Les périodes directement avant et après l'indépendance ont aussi été infécondes sous cet aspect, ayant en vue la polémique autour de l'Esclavage, quand le nègre s'est identifié à sa condition d'esclave.

C'est à Nina Rodrigues d'inaugurer une nouvelle phase, celle que le conférencier a nommée d'africaniste, où les spécialistes se hâtèrent à recueillir des survivants Africaines les éléments de leurs mœurs. La phase actuelle de la recherche scientifique à ce sujet est, d'après Edison Carneiro, celle du nègre dans laquelle Artur Ramos s'est inspiré. Parmi les marques de ce nouveau période le conférencier mentionne la fondation du CEAO au champ d'action de L'Universidade Federal da Bahia, ce qui a assuré une suite scientifique de recherches et d'études sur le nègre au Brésil.